

Impactos sociais ambientais dos monocultivos:

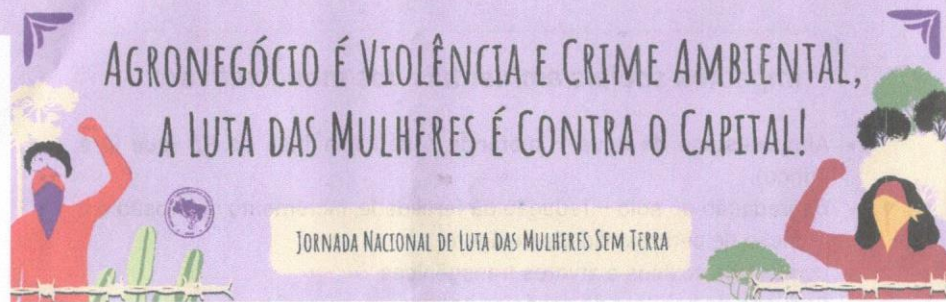
- Alto consumo de água – piorando o déficit hídrico do RS (que já é crítico).
- Degradação do solo – redução da fertilidade, incremento de erosão e a redução de permeabilidade de água.
- Uso de agrotóxicos e árvores transgênicas.
- Redução de habitats de espécies nativas.
- Alterações na paisagem (principalmente no Bioma Pampa).
- Redução dos campos nativos e da atividade pecuária.
- Perda da identidade cultural regional.
- Substituição de áreas de plantio de alimentos por monocultura de árvores.
- Concentração da posse da terra.
- Constante risco de incêndios – “maior oferta de combustível, o que permitiu que o fogo alcance maiores proporções, multiplicando as possibilidades de danos aos ecossistemas”.
- Perda de vegetação nativa e sua biodiversidade.
- Aumento dos acidentes de trânsito graves nas rodovias por onde transporta a madeira.

JORNADA DE LUTA DAS MULHERES

A Associação do Ministério Público do Meio Ambiente entrou com uma ação de inconstitucionalidade da Lei Federal nº 14.876/2024. Nós, mulheres do MST, nos somamos nessa luta para impedir a destruição do Bioma Pampa, que não somente abriga milhares de espécies vegetais e animais, além de ser responsável pela produção de água em nosso território.

Ele também é formador de nossa cultura, de nosso jeito de ser e viver. Somos gaúchas porque somos do Bioma Pampa. Sem ele, não seremos mais as mesmas.





Nesta semana de luta das mulheres em todo o mundo, marcado pelo 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, as mulheres camponesas, assentadas da Reforma Agrária e acampadas na busca de sua terra, **denunciam a destruição ambiental pela qual nosso Pampa gaúcho está sendo submetido**. O Bioma Pampa equivale a cerca de 64% do território do RS. E só existe aqui em nosso estado. Mas está seriamente ameaçado. Perdemos mais de 30% de áreas nativas entre 1995 e 2023.

E sabem qual cultivo que retorna com força para contribuir para essa devastação? **A SILVICULTURA**, ou seja, a produção de árvores exóticas como eucalipto, pinus e acácia, de forma industrial, comandada por grandes empresas transnacionais, para fins comerciais. A principal empresa de atuação no RS é a chilena CMPC. O grupo representa uma das principais empresas na área florestal na América Latina e está presente em mais de 50 países nos cinco continentes, com mais de 25 fábricas. No Brasil a Unidade Celulose Riograndense, instalada em Guaíba, representa o grupo. A unidade foi comprada pelo grupo chileno em 2009.

No dia 23 de fevereiro, um vazamento de cloro líquido causou intoxicação de trabalhadores e da população que vive próximo à fábrica. A empresa nem sequer forneceu informações ou auxílio aos moradores no momento do vazamento. Mas, a empresa não possui somente a fábrica de celulose, ela investe na produção de eucalipto e outras árvores exóticas em áreas de produtores, em especial na região do Pampa.

Anunciou no ano passado, junto ao governador Eduardo Leite, o investimento de R\$ 25 bilhões, que serão destinados à instalação de uma nova planta industrial de produção de celulose em Barra do Ribeiro, a construção de um terminal portuário exclusivo em Rio Grande e a ampliação de monocultivos de eucalipto, pinus e acácia de 1 milhão de hectares para 4 milhões, abrangendo todos os municípios do Bioma Pampa. **O valor é considerado o maior investimento privado da história do Rio Grande do Sul.**

Além do apoio do governo estadual, a empresa tem se articulado para a provações de leis que a beneficiem. Assim, o Conselho Estadual do Meio Ambiente, por meio de lobby da empresa, aprovou um novo Zoneamento da Silvicultura para garantir a ampliação da monocultura por cima do Bioma Pampa.

E não para por aí: em 2024 foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Federal nº 14.876/2024, que exclui a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, possibilitando, assim, que ela possa ser produzida, de forma industrial, sem licenciamento ambiental.

Mas seu caráter destrutivo não se dá somente do ponto de vista ambiental. No Chile, a CMPC foi apoiadora do golpe militar de 1973 e colaboradora do regime de repressão e violência de Augusto Pinochet. Foi denunciada por participar do assassinato de 19 trabalhadores de sua própria empresa. Após o golpe de 11 de setembro de 1973, entregou à polícia uma lista com 19 nomes de trabalhadores que atuavam no sindicato ou em partidos apoiadores de Allende e do governo da Unidade Popular. Foram fuzilados por policiais numa plantação de eucalipto ao redor da empresa, não só com seu consentimento, mas até mesmo com apoio logístico.

IMPACTOS

Impactos ambientais devido à instalação da fábrica na beira do Guaíba:

- Em termos de vazão de lançamento de efluentes, é como se a CMPC fosse uma cidade de quase 1 milhão de habitantes.
- A vazão de lançamento de efluentes da CMPC é cerca de 10 vezes maior do que a vazão de esgoto produzida por Guaíba.
- A carga poluidora (DBO) lançada diariamente pela CMPC é equivalente à toda cidade de Guaíba.
- Dioxinas e Furanos (branqueamento com Dióxido de Cloro).
- Ruído.
- Poluição atmosférica (compostos reduzidos de enxofre).
- Pequenos acidentes podem causar grave intoxicação na população de Guaíba.